



DISTRITO FEDERAL

Diretores do SINDESV-DF em luta permanente na CCJ do Senado em defesa da Aposentadoria Especial



Diretores do SindesvDF participam de audiência pública interativa na CCJ em defesa da Aposentadoria Especial.

|| Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado ||

O Sindicato dos Vigilantes do DF (SindesvDF) designou diretores desta entidade para se fazerem presentes nas audiências na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal em que se discute a 'Reforma' da Previdência, para defender emenda ao projeto que inclui a Aposentadoria Especial dos vigilantes. Estes diretores estarão presentes em todas as audiências e em todas as comissões que debaterem o assunto.

Sabemos o quanto esta luta é difícil, mas vamos lutar até o final defendendo esse direito duramente conquistado pelos vigilantes.

Cada vigilante pode ajudar entrando em contato com os senadores, ligando, mandando e-mail e pressionando nas redes sociais pedindo que mantenham a Aposentadoria Especial dos vigilantes.

Fonte: SINDESV DF

PAGAMENTO DE PROCESSOS: CHEQUE PARA 13 COLEGAS EX-PRECAVER/EBAL



Um processo de 2012, cobrando créditos e direitos de colegas ex-Precaver que atuavam na Ebal chega ao final com os cheques já prontos para os 13 colegas representados nesta ação pelo seu Sindvigilantes/Bahia.

A Precaver foi mais uma das infundáveis fabricas de quebraças na Bahia e deixou muita gente na mão.

Com a finalização do processo e os cheques na mão o vigilante comemora e reafirma a sua confiança no seu Sindicato. É conquista para quem tem fé na luta.

É conquista de um Sindicato que não tem dois lados. Só defende trabalhador.

Se ligue, confira seu nome e procure o Sindicato. Tenha em mãos a sua CTPS (com assinatura da Precaver), mais RG, CPF e comprovante de residência.

Parabéns!

PROCESSO 1275.2012.28ª - SINDVIGILANTES/EBAL

- ALMIR ALVES PEREIRA
 - ANDERSON RIBEIRO MENEZES
 - ANTONIO VIEIRA DA SILVA
 - CHARLES LINDBERGUE RODRIGUES SOUZA
 - ESMERALDO SOUZA FERNANDES FILHO
 - HAMILTON DOS REIS SANTANA
 - IVAN SILVA LESSA
 - JOSE DEGUIMAR RAMOS BEZERRA
 - JULIO DA SILVA SANTOS
 - MARIO SERGIO DA SILVA LIMA
 - REINALDO DE JESUS SANTOS
 - RONALDO MAGALHAES OLIVEIRA
 - RONALDO PEREIRA DOS SANTOS
- QUEM LUTA CONQUISTA!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

SINDSEGUR SE MANIFESTA CONTRA AGÊNCIA BANCÁRIA QUE TRABALHA SEM SEGURANÇA NO TIROL



O Sindsegur, em parceria com o Sindicato dos Bancários do RN, fechou na manhã desta quinta-feira, 22, a agência do Santander Tirol devido a ausência de vigilantes. Além de ter suspenso a vigilância, o banco também retirou a porta rotatória da agência deixando funcionários e clientes expostos.

A atitude do Santander vem em consonância com a conjuntura nacional de ataque aos trabalhadores e fechamento de postos de trabalho, aumento o desemprego. Para fazer isso o Banco alega ter retirado os numerários

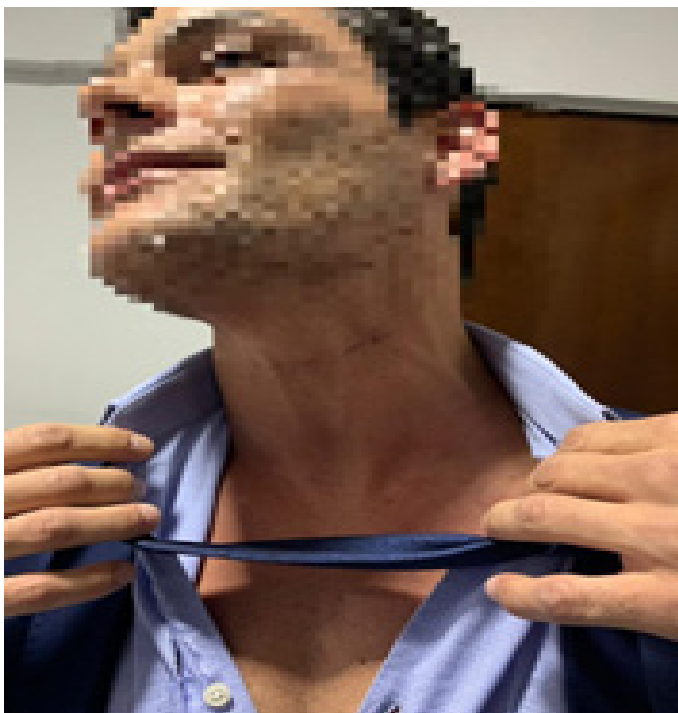
nas agências, no entanto, mantém os caixas de autoatendimento.

O problema começou a cerca de duas semanas e o Sindsegur já esteve na agência anteriormente, através da Operação Tsunami, comprovando a irregularidade. Hoje foi um primeiro aviso, mas caso não seja tomada uma providência por parte do Banco, os Sindicatos prometem manter o fechamento por tempo indeterminado.

Fonte: Sindsegur

Advogado é agredido e ameaçado de morte por dono de empresa, em Cuiabá;

Daniel Mello disse que o dono da MJB ficou irritado depois que o sindicato, ao qual defende, protocolou pedido judicial para obrigar a empresa a pagar salários atrasados



O advogado Daniel Mello teria sido agredido pelo dono da MJB Segurança.

O advogado, que representa o Sindicato dos Vigilantes, Daniel Mello dos Santos, de 37 anos, foi agredido e ameaçado de morte pelo dono da empresa MJB Vigilância e Segurança Ltda., Salmen Kamal Ghazale, de 53 anos, na última quarta-feira (14), no escritório do empresário, em Cuiabá. Nas imagens (abaixo) enviadas ao , é possível ver as lesões sofridas pelo profissional, além das roupas rasgadas.

Segundo o boletim de ocorrência, Ghazale ligou para Daniel, na tarde de quarta-feira, e disse que precisava conversar. O advogado pensou que se tratava de um acordo para os salários atrasados dos vigilantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que são funcionários da MJB e estão sendo representados pelo sindicato.

A terceirizada encontra-se em recuperação judicial. O sindicato protocolou junto à administradora judicial um pedido de

providências, quanto aos três meses de atraso nos pagamentos.

Ao , Daniel explicou que Ghazale teria mandado que ele retira-se o documento encaminhado à administradora e fizesse uma retratação. Em resposta, ele disse que não poderia atendê-lo, visto que é um pedido de seus clientes.

Foi então, que segundo o advogado, o empresário disse “você não entendeu, você vai retirar esse documento do processo”. Em seguida, ele deu cabeçadas na vítima, que atingiram seu olho. Depois começou a enforçar e ameaçar a vítima de morte se não cumprisse a ordem. Ghazale estaria armado, no momento.

Em laudo produzido pelo Instituto Médico Legal (IML) é relatado que as lesões foram provocadas por instrumentos contundentes.

Na perícia foram constatadas “escoriações recentes, avermelhadas, irregulares, localizadas em região mentoniana e cervical anterior. Equimose avermelhada, recente, irregular, localizada em região orbitária inferior”, diz trecho do laudo.

“Até para ele que tem o histórico de ser uma pessoa agressiva, eu fiquei surpreso. Tenho receio pela minha vida, tenho filhos, mas vou continuar lutando pelo direito dos trabalhadores”, conta Mello dos Santos.

A vítima tomou todas as medidas legais contra Ghazale, que irá responder por ameaça, constrangimento ilegal e lesão corporal. Uma audiência foi marcada.

A Polícia Judiciária Civil (PJC) instaurou um termo de ocorrência circunstanciado, que foi encaminhado por meio de ofício ao Ministério Público Estadual (MPE), para apurar a violação de sigilo funcional. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também já foi comunicada.

Vigilantes

Seguranças contratados por empresa terceirizada junto à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, trancaram a entrada da unidade na manhã de nove de julho, em protesto pelos salários atrasados.

Os trabalhadores cobram a quitação de três meses de pagamentos pendentes e teriam barrado a entrada de alunos e servidores no campus.

Um cartaz exposto no local mostra indignação dos seguranças com os seguintes dizeres: “Nós, vigilantes da UFMT, estamos há três meses sem

salários. Estamos passando fome”.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos da Educação (Sintuf-MT), a empresa MJB Vigilância não tem honrado com os salários dos funcionários terceirizados e há atraso também no pagamento dos funcionários do setor de limpeza, contratados pela Presto.

Outro lado

A reportagem tentou contato com o empresário Salmen Kamal Ghazale, acusado das agressões, mas não obteve sucesso.

Fonte: Reporter MT

Com dívida de R\$ 80 milhões, UFF (RJ) agoniza com falta de verbas e tem orçamento apenas para agosto

Ministério da Educação contingenciou R\$ 52,7 milhões da instituição, restando apenas R\$ 2 milhões até o fim do ano. Universidade tem dívida de R\$ 80 milhões



Reitor Antonio Claudio da Nóbrega diz que UFF precisaria de R\$ 66,8 milhões para encerrar o ano com serviços em dia Foto: Emily Almeida / Agência O Globo

NITERÓI — Com uma dívida de cerca de R\$ 80 milhões com empresas terceirizadas, a Universidade Federal Fluminense (UFF) agoniza com a falta de verbas. Em razão do bloqueio

de 31% de seu orçamento anual imposto pelo Ministério da Educação (MEC), a instituição tem apenas R\$ 18,7 milhões para serem usados ao longo deste ano, o que é suficiente para

custear as despesas somente até este mês: os gastos mensais da UFF são de R\$ 16,7 milhões, restando somente R\$ 2 milhões até dezembro de 2019.

“Restou uma receita de R\$ 117,3 milhões para todo o ano letivo, quando, inicialmente, eram R\$ 170 milhões” ANTONIO CLAUDIO DA NÓBREGA, reitor da UFF

O congelamento de 31% nos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para a universidade representam R\$ 52,7 milhões de um total de R\$ 170 milhões. Em entrevista ao GLOBO- Niterói , o reitor Antônio Claudio da Nóbrega esclareceu que a UFF precisaria de R\$ 66,8 milhões para conseguir encerrar o ano mantendo todos os serviços, incluindo o pagamento de água, luz, limpeza e segurança. Isso sem levar em consideração as dívidas já contraídas com as terceirizadas:

— Restou uma receita de R\$ 117,3 milhões para todo o ano letivo, quando, inicialmente, eram R\$ 170 milhões. Ainda assim, esse valor seria insuficiente para cobrir nossas despesas anuais, que giram em torno de R\$ 200,4 milhões. Agora, sem o descontingenciamento, quase não temos mais receita prevista para este ano.

Nóbrega também conta que, devido à nova realidade financeira, está tendo que readequar os contratos com as terceirizadas. Isso resultou na demissão de 400 funcionários somente este ano. E outros 290, conta o reitor, ainda serão desligados até o fim deste mês.

Devido ao impasse, a UFF está trabalhando com uma equipe de segurança e limpeza reduzida e com os serviços de telefonia e transporte interrompidos, e os pagamentos a empresas terceirizadas não estão sendo honrados.

— Desde o início do ano, antes mesmo do contingenciamento, estávamos realizando ações para redução de custo e para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal . Diversas

medidas foram tomadas: corte de todos os celulares institucionais; readequação dos serviços terceirizados e da prestação de serviços dos contratos; redução do transporte administrativo e dos trabalhos de campo; e encerramento de alguns contratos, que não puderam ser renovados — detalha o reitor.

Antônio Pedro

Apesar de o Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP) ser financiado pelo Ministério da Saúde , Nóbrega explica que a unidade também acaba sofrendo, de forma indireta, com o contingenciamento:

— Algumas bolsas de projetos desenvolvidos por professores e estudantes podem ser suspensas, o que prejudica a oferta de serviços específicos.

Desde o início do ano, o reitor da UFF tem viajado a Brasília para reuniões com parlamentares, diferentes ministérios e órgãos de educação e fomento à pesquisa para a articulação de parcerias e captação de emendas que atenuem os efeitos do contingenciamento:

— Os parlamentares estão nos ajudando. Um exemplo são os R\$ 7 milhões em emendas, do deputado Chico D'Angelo (PDT), para gastos de custeio.

O MEC afirma que, na expectativa de uma evolução positiva nos indicadores fiscais do governo, vem articulando com o Ministério da Economia a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira para cumprir todas as metas estabelecidas na legislação para a pasta. Conclui, por nota, informando que, caso o cenário econômico apresente evolução positiva neste segundo semestre, os valores bloqueados serão reavaliados

Fonte: O Globo

MPT não tem de informar nome de denunciante a empresa denunciada por irregularidades

Para a 2ª Turma, a manutenção do sigilo do inquérito não foi abusiva.



A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho cassou decisão em que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região havia determinado ao Ministério Público do Trabalho (MPT) que informasse o nome do empregado que apresentou representação contra a Alarm Control Equipamentos Eletrônicos para Segurança Ltda., de São Paulo (SP), por supostas irregularidades trabalhistas. Para a Turma, a manutenção pelo MPT do sigilo dos dados do inquérito, entre eles a identidade do denunciante, não foi abusiva nem violou direito líquido e certo da empresa.

Acesso negado

Em janeiro de 2011, a empresa foi denunciada no MPT por práticas como assédio moral e atitudes discriminatórias. A denúncia, no entanto, foi arquivada em razão da escassez de elementos e do não comparecimento do denunciante para prestar informações. Após o arquivamento, de acordo com o MPT, a empresa requereu acesso aos dados pessoais do denunciante e à denúncia formalizada. O pedido foi negado pelo procurador responsável pelo caso.

Imagem

Em mandado de segurança, a Alarm disse estar irredimida com fato de não saber quem havia feito a denúncia. Afirmou que está no mercado há mais de 20 anos e que sempre cumpriu as leis trabalhistas e observou sua função social. Para a empresa, a forma como foi solicitada a Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

se manifestar no MPT, “e, pior, sem saber quem são seus acusadores”, teria causado prejuízo a sua imagem e desestabilizado o bom convívio entre os colaboradores e seus sócios.

Apenas ilação

O juízo de primeiro grau concedeu a segurança para que o MPT desse à empresa acesso aos nomes do denunciante, e a sentença foi mantida na íntegra pelo Tribunal Regional. Na interpretação do TRT, a possibilidade de que o fornecimento dos dados desencadeasse perseguição ou assédio moral é apenas ilação, e não questão concreta. Ainda de acordo com o Tribunal Regional, apesar da regra da hipossuficiência do trabalhador, “o empregador tem o direito de se resguardar de alegações vazias que possam afetar a sua credibilidade e lhe gerar danos”.

Dever de agir

Para o ministro José Roberto Freire Pimenta, relator do recurso de revista do MPT, o ato do procurador de resguardar, no curso do inquérito, a identidade do denunciante está plenamente justificada e respaldada pelo ordenamento jurídico. Ele explicou que, diante da denúncia de irregularidades trabalhistas (que pode até ser anônima, desde que acompanhada de elementos suficientes para a instauração do procedimento investigatório), o MPT tem o dever de agir de forma independente. Segundo o relator, o inquérito civil é um procedimento administrativo, de natureza inquisitiva e informativa, para formar a convicção do órgão a respeito dos fatos. “Devido ao caráter meramente instrutório, não se admite contraditório, por não produzir prova absoluta, mas apenas valor probante relativo”, concluiu. A decisão foi unânime.

Processo: RR-1747-80.2012.5.02.0002

Fonte: TST

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF